

Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia

Agroecology, market and social innovation: The case of the Ecovida Agroecological Network

Oscar José Rover¹
oscar.rover@gmail.com

Resumo

O artigo analisa o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. Compreende que ela inova em sua estrutura e dinâmica organizativa, bem como em sua relação com os mercados. Organizativamente, ela se evidencia como uma rede multidirecional, com processos decisórios horizontalizados e descentralizados. Na relação com os mercados, ela partiu de experiências locais e regionais, resiste a se relacionar com as grandes superfícies comerciais (supermercados) e criou um circuito de comercialização, trocando produtos entre seus núcleos regionais, com resultados comerciais promissores. Estes processos inovadores são analisadas a partir da teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, para os quais a economia é um dos componentes da vida social, e as dinâmicas organizativas, mesmo as econômicas, não podem ser analisadas a partir de uma restrita mentalidade mercantil. As trocas mercantis são uma dimensão importante da vida social, mas o estudo permitiu verificar que, no universo da Rede Ecovida de Agroecologia, elas não são a única e sequer a central.

Palavras-chave: redes, agroecologia, mercados, inovação social.

Abstract

The article analyzes the case of the Ecovida Agroecological Network, understanding that it innovates in its organizational structure and dynamics as well as in its relationship with the markets. It is organized in a multidirectional network, with horizontal and decentralized decision-making processes. Its relationship with the markets emerged from local and regional experiences. The network resisted to relate with large retail outlets (supermarkets) and created its own circuit of trade, by exchanging products between its regional centers, with promising commercial results. These innovative processes are analyzed through the theory of symbolic sites of belonging, according to which the economy is one of the components of social life and organizational dynamics, even economic ones, cannot be analyzed from a narrow mercantile mentality. Commercial exchanges are a significant dimension of social life, but the study showed that in the case of the Ecovida Agroecological Network they are not the only one, nor even the most central one.

Key words: networks, agroecology, markets, social innovation.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural. Caixa-Postal: 476. Rod. Admar Gonzaga, 1346, Itacorubi, 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil.

Introdução

O presente artigo analisa as possibilidades de inovação social no contexto de uma rede de organizações e movimentos ligados a agricultores familiares do Sul do Brasil. No final da década de 1990 foi organizada a Rede Ecovida de Agroecologia², que congrega grupos de agricultores familiares, organizações e movimentos a eles vinculados, além de outras organizações de apoio, especialmente ONGs e organizações de consumidores. A reprodução social dos agricultores familiares, através da produção agroecológica de alimentos, está na base da proposta organizativa da Ecovida, ou seja, não é a busca do lucro ou a competição capitalista o motor desta organização que atua no mercado de produtos orgânicos³. Ela é uma organização para a qual se podem referenciar as palavras de Zaoual (2006, p. 217), para quem se deve ter em conta a "pertinência do caráter socialmente construído das regulações econômicas".

Nos pouco mais de 10 anos de sua existência, a Ecovida vem se consolidando como uma importante organização de articulação da agricultura orgânica do Sul do país.

[...] o desenvolvimento da produção agroecológica em SC e no Brasil deve-se, em muito, ao pioneirismo de grupos e associações de agricultores como a Coolméia, Abio, AAO, Apaco, Cepagri, Biorga, Acevam, Vianeí, Apremavi, Agreco, etc. Mais recentemente, com a criação da Rede Ecovida, que congrega dezenas de associações agroecológicas no Sul do Brasil, a Agroecologia teve um novo revigoramento (Epagri Online, 2008).

Ela articula mais de 2.700 agricultores familiares, sendo composta por 23 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios. É integrada por, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. São mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização em sua área de atuação (Ecovida Online, 2011). A Ecovida se desenvolve em paralelo a um número crescente de consumidores que, nos últimos anos, têm se manifestado desejosos de aceder a produtos orgânicos (Yussefi e Willer, 2003; Buainain e Batalha, 2007; Assing, 2009).

Para a construção deste artigo realizamos uma ampla revisão documental e de análise de conteúdo dos materiais produzidos pela Ecovida e por outros atores sociais e acadêmicos que a ela se referem. Ainda, participamos de atividades ligadas à Rede, tanto de suas plenárias e coordenação geral, quanto de seus Núcleos Regionais do Litoral e do Oeste Catarinense.

Compreendemos que a Ecovida inova em pelo menos dois aspectos centrais da vida social, quais sejam: (a) na sua proposta

de rede social, construindo uma rede multidirecional, com um processo decisório horizontalizado e descentralizado e; (b) na sua forma de se relacionar com o mercado, inicialmente construindo a comercialização a nível local e regional, e recentemente avançando para mercados mais distantes com uma proposta de Circuito de Comercialização, o qual demonstra importantes diferenciais organizativos e econômicos. O artigo discutirá estas duas formas de inovação, refletindo-as teoricamente a partir da abordagem dos sítios simbólicos de pertencimento proposta por Zaoual (2006, p. 213), para quem "o sítio é um território imaginário no qual se encaixa o saber social da organização em questão [...]". Cada sítio "resulta de um sistema de crenças práticas herdadas da trajetória do grupo humano considerado". Ainda, e mais a ver com a discussão proposta neste artigo, o autor afirma que no sítio "o procedimento de mercado é aceito com a condição de não introduzir todos os transtornos da economia mercantil e de coabitar com outras formas de coordenação endógena de tipo comunitário" (Zaoual, 2006, p. 219).

Organizamos este artigo em três seções: na primeira, realizamos uma discussão a respeito das redes de organizações sociais, especialmente daquelas ligadas aos movimentos de organizações populares dos territórios rurais, perfil no qual se encaixa a Ecovida. Na segunda, apresentamos melhor a Rede Ecovida de Agroecologia, especialmente quanto à sua escolha da condição de rede multidirecional, com um estilo organizativo descentralizado e democrático, assim como quanto à noção de agroecologia que ela adota, na qual o mercado não é o motivador principal da sua dinâmica organizativa, do que resulta a construção de alternativas comerciais diferenciadas e resistentes a formas hegemônicas de comercialização de alimentos. Na terceira seção, à guisa de conclusão, aprofundamos uma reflexão teórica iluminada pelo caso da Ecovida, analisando os elementos inovadores de sua experiência.

Redes de organizações e movimentos sociais

As redes de organizações sociais se referem a um conjunto entramado de processos organizativos, sejam eles ligadas à sociedade em geral, ou a particularidades sociotécnicas, comerciais, de mercado, da sociedade civil, de instituições estatais. Elas se compõem de nós que são seus centros organizacionais (ou cada organização constituinte da rede) e fios que são as relações que se processam entre as diferentes organizações (Loiola e Moura, 1997). As redes têm algumas características

² A partir deste ponto a chamaremos apenas de Ecovida.

³ O Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), normatizou e institucionalizou a produção de alimentos livres de agrotóxicos e outros componentes químicos de alta solubilidade. Neste processo, o MAPA os denomina de alimentos orgânicos, seguindo uma tendência internacional de denominação deste tipo de produto. Adiante, neste artigo, tocamos no debate acadêmico e social que diferencia produção agroecológica de produção orgânica. A primeira é considerada mais processual, articulando referências sociais, ambientais e econômicas, enquanto a segunda se refere especificamente a produtos livres de agrotóxicos e outros componentes químicos de alta solubilidade.

adicionais, conforme Loiola e Moura (1997), quais sejam: (a) as partes que compõem cada uma gozam de uma igualdade e complementaridade entre elas, ou seja, cada parte da rede como um nó específico se justifica apenas enquanto complementar ações desenvolvidas por outras partes, havendo um grau de igualdade na medida da necessidade de cada parte para dar conformação à rede; (b) há regularidade entre as malhas que ligam as partes que estão compondo a rede; (c) há fluxo de informações, mecanismos regulares de ligação, o que lhes possibilita garantir um grau de igualdade e complementaridade em sua dinâmica relacional; (d) os nós (cada organização) limitam, e é a partir deles que a rede se expande; (e) a dinâmica da organização em rede preserva um grau de heterogeneidade entre os parceiros, no pressuposto de que a diversidade pode conferir a dinamicidade organizacional; (f) uma rede busca flexibilidade de funcionamento, pois normalmente cada rede não depende apenas de um ou poucos centros hierárquicos de decisão, mas de dinâmicas de decisão mais flexíveis e adaptadas à construção histórico-organizacional de cada uma.

Existem basicamente dois tipos de rede: as unidirecionais, onde os pontos de origem e destino dos fluxos entre as organizações estão bem definidos, as quais possuem, normalmente, comando mais centralizado e estrutura mais verticalizada; e as multidirecionais, onde não há um centro propulsor, sendo as dinâmicas de decisão e ação dispersas entre seus nós (Loiola e Moura, 1997). A Ecovida se encaixa no segundo caso, o que pode ser evidenciado com o simples exemplo de que todas as decisões no contexto da rede são tomadas em condições de plenária, envolvendo no mínimo a sua coordenação, que é sempre colegiada.

Loiola e Moura (1997) apresentam, ainda, diferentes sentidos atribuídos às redes conforme o campo de estudo em questão, que pode ser mais focado nos indivíduos, nos movimentos e organizações sociais, no Estado e também nos negócios. O sentido da organização em rede varia conforme cada campo de estudo, e em muitos tipos de rede há interligações que articulam atores posicionados em diferentes campos. Este artigo foca a dinâmica de rede de movimentos e organizações sociais, por estar aí a origem da Rede Ecovida, discutindo-a com a dimensão dos negócios em rede, particularmente quanto à comercialização de produtos agroecológicos.

Tratando especificamente das redes de movimentos sociais, Scherer-Warren (1993, 119-122) aponta algumas características por elas manifestas no início da década de 1990, quais sejam: (a) articulação de atores e movimentos sociais e culturais; (b) transnacionalidade, com articulação com organizações internacionais; (c) pluralismo organizacional e ideológico, com os mesmos atores sociais participando de várias organizações ou

redes, ou ainda, com a mesma organização incorporando atores com concepções ideológicas ou simpatias partidárias variadas; e (d) atuação no campo cultural e político, especialmente produzindo novas dinâmicas simbólicas e sendo fontes de pressão no campo cultural e político. Cada aspecto destes, propõe a autora, apresenta variações de intensidade em diferentes redes de movimentos e organizações sociais. Nos anos recentes da Rede Ecovida e das organizações que com ela se articulam, se percebe um aprofundamento para além do campo cultural e político, atuando também no campo econômico, marcadamente sob o guarda-chuva da chamada socioeconomia solidária⁴.

A Rede Ecovida surge a partir de um conjunto de organizações e movimentos sociais que têm no enfrentamento com o modelo hegemônico de desenvolvimento sua maior marca. Algumas destas organizações e movimentos são: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul do Brasil (Fetraf-Sul), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), dentre outras⁵. Estas organizações e movimentos estruturam suas práticas na perspectiva da construção de um modelo de desenvolvimento que, até a década de 1990, elas denominavam de "alternativo". Apesar de sua atuação predominantemente rural e com agricultores familiares, as organizações e movimentos dos quais nasce a Ecovida não restringem sua abordagem de atuação à produção agropecuária. Em estudo realizado sobre elas no início da década de 2000, Arns *et al.* (2002, p. 14-16) identificaram algumas marcas comuns na sua atuação, quais sejam: elas defendem em suas elaborações e atuações o "desenvolvimento difuso", propondo a desconcentração da população, dos recursos, serviços, etc., em vez da perspectiva concentradora do desenvolvimento urbano-industrial; defendem a construção de mecanismos sociais, políticos e econômicos de distribuição/desconcentração da riqueza e da renda, contra dinâmicas históricas de concentração econômica; propõem o respeito à diferença cultural e ao multiculturalismo, em vez das dimensões de homogeneização de práticas sociais e visões culturais; apontam a inserção efetiva dos grupos populares nos processos de decisão sobre as políticas públicas, contra uma visão elitista de democracia que liga a participação popular quase exclusivamente aos processos eleitorais; reivindicam um outro tipo de desenvolvimento, alternativo ao modelo hegemônico, que não ocorra a qualquer custo, que garanta acesso justo aos recursos ambientais e que não seja determinado apenas pela capacidade financeira de um ator social ou econômico, em vez da degradação dos recursos naturais causada por um tipo de desenvolvimento predatório.

Ao negarem o tipo de desenvolvimento hegemônico, de viés centralizador e homogeneizante, muitas experiências se vol-

⁴ Para Zaoual (2006, p. 185), "[...] o termo economia solidária é antinômico, ambíguo. A civilização econômica é, por essência, não solidária". O autor, analisando os casos em que as organizações econômicas se vinculam a uma ética e a uma finalidade sociais, denomina isto de economia social.

⁵ Podemos situar estes movimentos e organizações no que Paludo (2001) denomina de campo popular, que pode ser visto por dois ângulos: uma pela ótica da produção industrial, do trabalho e das carências, e outra pela ótica da religiosidade, da cultura e do meio ambiente. Compreendemos que a Ecovida pode ser vista como um híbrido que pode ser compreendido por ambas as óticas.

taram para o micro, o específico, o imediato, apesar de muitas organizações manterem uma visão estratégica para transformação daquele modelo.

Nos movimentos sociais faz tempo que sua crise deu lugar a novas formas de coletivos muito fragmentados e dispersos, onde a confiança interna do grupo prima sobre a coordenação com os outros. A qualidade de vida que se propõe a partir dos ecologistas, das mulheres, dos movimentos de solidariedade, etc., tem muito a ver com a implicação de seus membros com mudanças dos estilos de vida, não só com reivindicações (Villasanté, 2002, p. 154).

Da crítica e das reflexões geradas para construção de alternativas locais ao tipo de desenvolvimento hegemônico, surgiram redes como a Ecovida, criadas como alternativas de articulação de diferentes organizações, que possuíam projetos comuns de transformação social. A atuação microrregional e/ou setorial das organizações e movimentos em questão tem na estratégia de constituição de redes de diversos tipos uma perspectiva de superação da condição difusa da ação de cada organização ou movimento em particular. Na última década, anos após terem se voltado à atuação específica de cada organização, agora com experiências alternativas e demonstrativas implementadas, elas passam a organizar redes para sua atuação integrada, das quais a Ecovida é um exemplo. Várias redes com este perfil se estruturaram na Região Sul do Brasil, apesar de isto não ser um fenômeno específico desta região, algumas das quais citamos a seguir: redes de ONGs; redes de economia solidária; redes de agroindústrias familiares; redes de empreendimentos populares; redes de crédito (Arns *et al.*, 2002).

A Rede Ecovida de Agroecologia

A Rede Ecovida de Agroecologia foi formada em 1998, a partir da necessidade de congregar forças e dar maior consistência política ao movimento agroecológico da agricultura familiar do Sul do Brasil. Ela é formada por pessoas e organizações que possuem como objetivo organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar ecológica. São agricultores, técnicos, consumidores e comerciantes unidos em associações, cooperativas, ONGs e grupos informais que constituem Núcleos Regionais e, juntos, formam a Rede Ecovida de Agroecologia. A Ecovida tem por missão ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada local (Arl, 2007). Esta perspectiva identifica-se muito com a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento.

Poucos anos após a criação da Rede Ecovida, foi criada a Associação Ecovida de Certificação Participativa, esta mais especificamente voltada para a certificação e disponibilização de selo de produtor orgânico. No entanto, face à não exigência do selo para as dinâmicas de comercialização locais/regionais e à resistência de muitos membros da Rede Ecovida ao uso do selo, a Associação Ecovida, apesar de criada, permaneceu vários anos sem desempenhar as atividades para as quais foi criada. Apenas em 2010, com a previsão de encerramento do prazo para oficializar questões relacionadas à certificação⁶, a Associação foi retomada e constituída como OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade), a qual é uma condição para compor o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica⁷.

Tanto a Rede Ecovida de Agroecologia quanto a Associação Ecovida de Certificação Participativa são formadas por grupos e por núcleos regionais, estes também chamados de nós, que buscam promover a troca de informações, credibilidade e produtos. A Associação é considerada um braço operacional da Rede Ecovida, para permitir implementar o processo de certificação. Os núcleos (Figura 1) são formados pelos membros da Rede em determinada região geográfica (Santos e Fonseca, 1993), com características semelhantes, facilitando a troca de informações e a certificação participativa. Os grupos e os Núcleos Regionais representam os principais nós organizativos desta rede. Sua importância, bem como a dinâmica descentralizada de tomada de decisões, evidenciam a condição multidirecional e descentralizadora da Ecovida. Segundo o estatuto social da Associação Ecovida de Certificação Participativa, em seu parágrafo 4º, ela é composta por "pessoas físicas e jurídicas, organizadas em grupos e articulados em Núcleos Regionais" (Ecovida, 2010a). A Ecovida possui coordenações estaduais e uma coordenação de toda a Região Sul, porém, elas têm um papel secundário quando comparadas aos grupos e Núcleos. Nestes é onde acontecem as principais decisões e encaminhamentos organizativos da Ecovida. "O funcionamento da Rede é descentralizado e está baseado na criação de núcleos regionais. O núcleo reúne membros de uma região com características semelhantes que facilita a troca de informações e a certificação participativa" (Ecovida Online, 2011). Também o ingresso de novos associados na Associação Ecovida ou de novos grupos, tanto na Rede quanto na associação, para ocorrer tem que passar pelo Núcleo da região onde estão situados.

Por seu caráter de resistência às dinâmicas hegemônicas de mercado, a Rede Ecovida não efetivou processos objetivos de certificação de produtos orgânicos durante muitos anos. Neste sentido, seu foco de abertura de mercados sempre priorizou as

⁶ O decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta a lei de 2003 sobre a produção orgânica, em seu art. 115, define que "todos os segmentos envolvidos na rede de produção orgânica terão até 31 de dezembro de 2010 para se adequarem às regras estabelecidas neste Decreto e demais atos complementares" (Brasil, 2007).

⁷ Este sistema é integrado pela "Certificação por Auditoria" e pelos "Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica". Destes fazem parte as OPACs (Brasil, 2007).



Figura 1. Localização dos Núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia.
Figure 1. Location of the Ecovida Agroecological Network centers.
 Fonte: Ecovida Online (2011).

feiras locais e regionais, apenas indo a mercados mais abrangentes quando os espaços locais de comercialização já não respondiam pela venda dos produtos de cada grupo. Como ela não possuía condições legais de certificação de produtos orgânicos até dezembro de 2010, quando comercializavam para fora do local e região específicos de cada grupo, havia necessidade de buscar uma certificadora credenciada (Certificação por Auditoria). A venda local e regional com uso de selo para certificar o produto dos agricultores, sem registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), foi tolerada pelos órgãos oficiais até o final de 2010⁸.

A Ecovida resistiu até o limite para se oficializar como uma organização de certificação, procurando não contratar e nem se tornar uma organização de certificação por auditoria, visto que sua marca é a proposta da certificação participativa. Quando o decreto federal, de cuja construção membros da Ecovida participaram, abriu a possibilidade legal para a certificação participativa, ela se viu contemplada na norma. Mesmo assim, esperou até o prazo limite posto pelo decreto para oficializar a sua condição de OPAC e se credenciar junto ao MAPA, previsto no mesmo decreto como condição para compor o Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica.

Esta resistência e sua postura de movimento social ficam evidentes no texto posto em seu *site*:

Não podemos repetir os erros do passado recente, ou seja, sair da ditadura dos químicos para outra ditadura, a dos orgânicos e nos deixarmos conduzir, apenas pela ótica do mercado. Dessa forma, os mesmos que exploram poluindo e contaminando com os agrotóxicos, continuarão explorando com a venda de insumos orgânicos e comprando produtos em nome do desenvolvimento sustentável. Sair dessa ciranda significa construir um caminho próprio e fazer dele um projeto de vida para agora e para as próximas gerações (Ecovida Online, 2011).

A certificação participativa realizada pela Ecovida pode ser definida como um processo descentralizado de geração de credibilidade em rede, respeitando características locais e assegurando a qualidade dos produtos através da participação e compromisso entre agricultores, técnicos e consumidores (Santos, 2005). Esta afirmação, além de revelar o caráter multidirecional e descentralizador da Ecovida, explicita o caráter de economia social referido por Zaoual (2006, p. 212), pois está "fortemente impregnada de uma ética e finalidade social". Vale dizer que a Ecovida promove um grande diálogo e, em muitos Núcleos Regionais, participa do Movimento que se autodenomina de Economia Solidária, tendo definido como um dos seus objetivos: "aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores" (Ecovida Online, 2011).

A Rede Ecovida é pioneira na construção desse jeito participativo e solidário de avaliação de conformidade. Acredita-se que a metodologia participativa é eficaz, principalmente, porque envolve e compromete, em todo o processo, os/as agricultores/as ecológicos/as e suas organizações, bem como outras organizações locais e regionais, populares e públicas, de forma participativa e solidária. E como já tem sido dito e repetido na Rede: "agroecologia é mais que uma tecnologia de produção de alimentos, é, também, um modo de vida e de relação de mútua cooperação com a natureza e com tudo o que vive nela" (Ecovida Online, 2011).

A Ecovida trabalha com uma compreensão de agroecologia que se alinha com a discussão e diferenciação proposta pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) entre a agroecologia e a agricultura orgânica, esta mais especificamente voltada para o mercado. Para a Embrapa, o conceito de agroecologia enfatiza a diversidade ecológica, bem como as ideias e construções socioculturais, e não apenas o produto final, que deve ser produzido sem uso de agrotóxicos e outros produtos químicos de alta solubilidade. "As Agriculturas Ecológicas nem sempre aplicam plenamente os princípios da Agroecologia, já que parte delas está orientada quase que exclusivamente aos nichos de mercado, relegando a um segundo plano as dimensões ecológicas e sociais" (Embrapa, 2006, p. 23).

A concepção de agroecologia da Ecovida deixou a questão comercial em um plano secundário, por resistir a comercia-

⁸ A partir de 31 de dezembro de 2010, o Decreto Federal nº 6.323 prevê a possibilidade de "Controle social na venda direta", mas neste caso não há a certificação (uso do selo) no produto (Brasil, 2007).

lizar junto às grandes superfícies de atacado e de varejo, como supermercados, por exemplo. Neste sentido, a comercialização se tornou, nos anos recentes, um gargalo para a expansão da produção dos agricultores ligados a ela, especialmente quanto a manter abastecidos os mercados compradores com diversidade de produtos, quantidade e qualidade o ano todo. Percebendo estas limitações, mas procurando manter sua ética e finalidade social, um conjunto de organizações e grupos de agricultores ligados à Ecovida resolveu buscar coletivamente alternativas e criou o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia, que vem desde 2006 procurando viabilizar uma comercialização solidária, seguindo os preceitos da Rede Ecovida.

O Circuito de Comercialização funciona com base em seis estações-núcleos, cada qual equivalendo a um núcleo regional da Rede Ecovida, e nove municípios representam as subestações-núcleo. As estações e subestações são pontos de reunião e distribuição dos produtos para a comercialização.

Alguns princípios gerais orientaram a organização do Circuito e conferiram a ele um caráter diferencial com relação aos mecanismos convencionais de acesso aos mercados. A seguir, com base em um estudo interno da Ecovida e num artigo sobre o Circuito, citamos os três princípios mais importantes para a reflexão aqui proposta (Magnanti, 2008; Ecovida, 2010b):

- (i) Para integrar o Circuito, os produtos devem ser necessariamente oriundos da agricultura familiar, sendo produzidos em sistemas diversificados que assegurem alto nível de autoabastecimento alimentar, ou seja, devem primeiramente abastecer as famílias produtoras e mercados locais e regionais, antes de buscarem mercados mais amplos através do Circuito.
- (ii) As organizações que vendem no Circuito devem também comprar produtos de outras organizações, para garantir o intercâmbio de produtos entre as regiões e a ampliação da diversidade de mercadorias ofertadas em cada região nas feiras, mercados institucionais, dentre outros. O mecanismo de compra e venda entre estações permite também uma menor circulação de dinheiro, já que nos primeiros cálculos os produtos são trocados e os recursos monetários são empregados apenas para cobrir as diferenças de valor nas transações.
- (iii) A política de comercialização do Circuito defende a avaliação periódica dos critérios para a formação dos preços. Essas avaliações consideram todas as etapas do processo produtivo, garantindo que o trabalho das famílias agricultoras seja justamente remunerado e que, ao mesmo tempo, os produtos sejam acessíveis aos consumidores. Para isto, foram criadas planilhas de custo que estão disponíveis para todos os mem-

bro do Circuito, onde cada organização apresenta os seus custos de comercialização. Desta forma, todos sabem e podem opinar sobre como diminuir os custos e praticar preços mais justos em relação aos alimentos que são comercializados. Além desse sistema entre as organizações, o Circuito tem por princípio que cada estação-núcleo deva estabelecer com os agricultores a ela articulados um processo de debate e de definição da política de preços.

Estes princípios propostos e em grande medida praticados pelo Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia nos permitem, mais uma vez, afirmar que podemos compreender a Ecovida pela ótica dos sítios simbólicos de pertencimento. Estes, segundo Zaoual (2006, p. 214) "nunca deixam a economia reinar em sua pureza ou autonomia total [...]", em função da "pertinência do caráter socialmente construído das regulações econômicas" (Zaoual, 2006, p. 217). Aos mecanismos econômicos de oferta e procura, de busca de ganhos de escala, de potencialização de logística comercial, agrega-se aqui a vinculação das organizações a uma ética e finalidade social.

Devir e inovação social na Rede Ecovida

Enriquez (1997, p. 33) apresenta a existência de duas teorias principais que fazem referência às inovações em relação às organizações: uma que indica que as inovações emanam das grandes organizações, centrais, difundindo-se para a periferia; e outra que afirma que as inovações são produzidas pelas pequenas organizações, "que, menos organizadas, podem dar um curso mais livre a seu imaginário motor, a sua capacidade inventiva⁹, e só são retomadas bem mais tarde pelas grandes organizações centrais".

No espaço de redes relacionais, o confronto entre singulares exige a reconfiguração de cada um para se processar um ambiente de negociação organizacional. Quando Enriquez (1997, p. 35) fala de organizações em ambientes locais, refere-se a uma "organização dinâmica como um agente de mudança na cultura local", o que, certamente, leva à construção de novas racionalidades e práticas, que atravessam as diferentes identidades e montam novos arranjos organizativos e identitários.

O processo organizativo da Rede Ecovida se fez, em sua história, sob o signo da busca de autonomia dos agricultores familiares, de suas organizações e movimentos, bem como das organizações de apoio (especialmente ONGs). Uma autonomia que "é luta política" (Chauí, 1990), isto é, uma negociação de espaços de reconhecimento, de fronteiras de identidade, de bus-

⁹ Para Rousseau (1965, p. 153-154), o que diferencia o ser humano de outros animais é sua capacidade inventiva, criativa, "sua qualidade de livre agente". Para ele, é "na consciência de sua liberdade, na capacidade de escolher e no sentimento desta capacidade", que o homem se faz homem e se diferencia dos outros animais.

ca de satisfação de necessidades e interesses a partir de uma concepção de vida e de organização social.

A capacidade de criação e inovação de cada grupo, organização ou rede social está condicionada ao seu grau de liberdade, de autodeterminação ou autonomia, ou seja, sua condição de não dominação. Chauí (1990, p. 302), tendo como referência a dimensão política do debate sobre autonomia, referindo-se a ela como uma articulação entre representação e participação, diz que "autonomia é a posição de sujeitos (sociais, éticos, políticos) pela ação efetuada pelos próprios sujeitos enquanto criadores das leis e regras da existência social e política". Aponta para a autonomia de sujeitos que, compreendendo o curso da história, transformam o seu percurso. Portanto, inovam na busca do singular, do novo, que não pode ser livre como condição plena, mas autônomo porque socialmente inserido e tendo que negociar sua singularidade e devires. Para a autora, autonomia não é o modo de ser da sociedade e da política, é sim luta política. Para Guattari e Rolnik (1996, p. 46):

A partir do momento em que os grupos adquirem essa liberdade de viver seus processos, eles passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles. Essa capacidade é que vai lhes dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante.

A Ecovida é uma rede organizacional constituída com o propósito de lutar contra algumas perspectivas hegemônicas do sistema social e econômico. Em seu campo de atuação, ela produz resistências e enfrentamentos com o modo de produção agroquímico/convencional, com as formas de organização verticalizadas/diretivas, com mecanismos de comercialização que afastam quem produz de quem consome e que geram um distanciamento e alienação a respeito das dinâmicas produtivas. Ela usa os instrumentais que o sistema hegemônico disponibiliza, mas busca produzir a fala nova, da institucionalidade nova, de arranjos instrumentais que permitirão inserir cunhas nas brechas do sistema, alargando as possibilidades de sua transformação através de processos heterogêneos. A autonomia defendida no contexto da Rede Ecovida expressa uma condição radical de busca por autodeterminação dos agricultores familiares e de suas organizações e movimentos. Held (1986), ao referir que, na história da democracia, a noção de autonomia surge como um pressuposto dos modelos democráticos mais radicais, afirma que a autonomia deve representar a relação entre pessoas e organizações com liberdade para inovar.

A produção do novo enquanto um singular criativo, inovador, situa-se num contexto avesso à mera reprodução de um sistema. Para Deleuze e Guattari (1995, p. 8), "as multiplicidades são a própria realidade, e não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito". Para eles, as multiplicidades são o que caracteriza a existência social. Assim, por mais que haja subjetivações dominantes, sempre se estão produzindo subjetivações múltiplas, com maior ou menor autonomia para negociar com outrem. O

ambiente organizativo de uma rede social como a Ecovida demonstra clara identidade com uma perspectiva que é múltipla e não aceita superar esta condição por alguma lógica de controle central, mas, ao mesmo tempo, se articula na busca de orientações comuns entre seus membros.

A existência social, transversalizada por multiplicidades, abre espaços para novas construções que podem se colocar de forma subjugada aos processos de dominação, incorporando elementos destes processos, construindo linhas de fuga, ou ressignificando-os a partir de devires inovadores. Ao observar a estrutura e dinâmica organizativa da Ecovida, constata-se a busca organizativa por romper com processos de dominação que estão na origem da crítica que permitiu a sua constituição. Ela é um resultado da crítica ao modelo hegemônico de produção, distribuição e consumo de alimentos.

Na diversificação organizacional e institucional de uma rede multidirecional e com processos decisórios horizontalizados, quanto maior a singularização e autonomia colocada a cada organização e instituição, se articuladas com outras diferentes singularidades e autonomies, maior o potencial de produção de novos enfrentamentos às subjetivações dominantes.

Por mais que se possa falar em um domínio cada vez mais extensivo de formas centralizadas de troca capitalista, onde, no caso dos alimentos, os supermercados ganham crescente peso (Guivant *et al.*, 2010), não se pode dizer, no entanto, que esta extensividade não abre espaço para novas formas de autonomia e inovação. Mesmo que marginais, crescem os mercados de venda de cestas ou de clientelas, ampliam-se as feiras de agricultores, a venda através de mercados institucionais, dentre outros. Por um lado, é difícil encontrar alguma pessoa que vive em ambiente urbano, em uma sociedade crescentemente urbana, que não frequente e compre parte de seus alimentos em supermercado; por outro, um número crescente destas mesmas pessoas tem procurado se conectar a outras formas de troca, sejam elas mais solidárias, de cadeia curta (que garante maior proximidade comercial e de valor agregado com quem produz) ou mesmo diretas com os produtores. Aqui se reitera o ponto de vista de Deleuze e Guattari (1995, 1997), afirmando que a multiplicidade é a constante social e, por mais que o capitalismo busque e construa perspectivas de homogeneização nesta diversidade, novos devires se forjam, pautados pelo pressuposto da liberdade, a qual é um valor básico do próprio sistema.

Experiências e dinâmicas de inovação como a da Rede Ecovida de Agroecologia, que avançam e criam espaços alternativos de mercado e de organização social, nos permitem refletir com Polanyi (1978) sobre a obsolescência de uma certa mentalidade mercantil, para a qual as relações sociais estão necessariamente subordinadas à economia de mercado. As trocas mercantis são uma dimensão importante da vida social, mas não a única e, no caso estudado, sequer a central. Casos como o da Ecovida nos permitem concordar mais uma vez com Zaoual (2006, p. 203), que afirma que "[...] observada de dentro e de baixo, a vida econômica se desdobra em universos fortemente híbridos, complexos e mutáveis".

Referências

- ARL, V. 2007. Uma identidade que se constrói em rede: Rede Ecovida de Agroecologia. *Caderno de Formação 01*. Lapa, Rede Ecovida de Agroecologia. 46 p. j
- ARNS, C.E.; ZUNIGA, G.; ROVER, O.J. 2004. *Relatório sobre um projeto de desenvolvimento sustentável e alternativo para a região Sul do Brasil com base em reflexões e práticas de organizações do campo popular*. Curitiba, Gráfica Popular, 86 p.
- ASSING, L. 2009. *Análise comparativa de normas oficiais e regulamentos de produção orgânica válidos para os mercados dos Estados Unidos, da Europa e do Brasil*. Florianópolis, SC. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, 58 p.
- BUAINAIN, A.M.; BATALHA, M.O. (coord.). 2007. *Cadeia produtiva de produtos orgânicos*. Brasília, IICA/MAPA/SPA, 108 p.
- BRASIL. 2007. Governo Federal. *Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007*. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília.
- CHAUÍ, M. de S. 1990. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 5ª ed., São Paulo, Cortez Editora, 309 p.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 1995. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro, Ed. 34, Vol. I, 96 p.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 1997. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro, Ed. 34, Vol. IV, 172 p.
- ECOVIDA. 2010a. *Estatuto social da Associação Ecovida de Certificação Participativa*. Três Cachoeiras, Ecovida, 12 p.
- ECOVIDA. 2010b. *Rede Ecovida de Certificação Participativa. Estudo sobre o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia*. Curitiba, Ecovida, no prelo.
- ECOVIDA ONLINE. 2011. Quem somos. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>. Acesso em: 18/02/2011.
- EMBRAPA. 2006. *Marco referencial em agroecologia / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária*. Brasília, DF, Embrapa Informação Tecnológica, 70 p.
- ENRIQUEZ, E. 1997. Como estudar as organizações locais. In: T. FISCHER (org.), *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. FGV, p. 27-36.
- EPAGRI ONLINE. 2008. A Agroecologia em Santa Catarina. Disponível em http://www.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82:a-agroecologia-em-santa-catarina&catid=40:pesquisas-destaque&Itemid=38. Acesso em: 01/03/2011.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. 1996. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ª ed., Petrópolis, Vozes, 325 p.
- GUIVANT, J.; SPAARGAREN, G.; RIAL, C. (org.). 2010. *Novas práticas alimentares no mercado global*. Florianópolis, Ed. UFSC.
- HELD, D. 1986. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte, Paidéia 297 p.
- LOIOLA, E.; MOURA, S. 1997. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: T. FISCHER (org.), *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, p. 53-68.
- MAGNANTI, N.J. 2008. Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. *Agriculturas*, 5(2):26-29.
- PALUDO, C. 2001. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre, Tomo Editorial/Camp, 272 p.
- POLANYI, K. 1978. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. *Revista Trimestral de História e Ideias*, 1:7-20.
- SANTOS, L.C.R.; FONSECA, M.F. 1993. *Construindo a certificação participativa em rede no Brasil: cartilha para subsidiar as oficinas locais*. Florianópolis, Grupo de Trabalho de Certificação Participativa do GAO, p. 25.
- SANTOS, L.C.R. 2005. *Certificação participativa em rede: um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica no sul do Brasil*. Projeto nr. 52.0847/01-6 (relatório técnico final), jun., 44 p.
- SCHERER-WARREN, I. 1993. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 143 p.
- VILLASANTE, T.R. 2002. *Redes e alternativas: estratégias e estilos criativos na complexidade social*. Petrópolis, Vozes, 245 p.
- YUSSEFI, M.; WILLER, H. (org.). 2003. *The World of Organic Agriculture: Statistics and Future Prospects 2003*. Tholey-Theley, IFOAM, 127 p.
- ZAOUAL, H. 2006. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro, DP&A/Consuldo Geral da França/COPPE/UFRJ, 253 p.

Submetido: 14/03/2011

Aceito: 18/04/2011